

CENSURA: ATENTADO CONTRA A DEMOCRACIA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Ontem foi publicado que fui condenado por ofender o promotor. É ofensa cobrar que trabalhe? É ofensa denunciar a corrupção em Limeira? Por que o promotor não debate minhas acusações? Por que quer me calar?

Este promotor já fez desagravo contra mim, já me proibiu de acessar a internet e agora conseguiu uma condenação para que eu lhe pague 26 mil reais.

Como advogado estou engajado nas causas populares, entrei com diversas ações judiciais para investigar indícios fortíssimos de mal uso de verbas públicas, nunca houve acusações levianas ou gratuitas. Estou tratando de conduta pública e dinheiro público.

Em momento algum proferi qualquer tipo de agressão gratuita e pessoal contra sua pessoa física e nem contra sua vida particular.

Luiz Alberto Segalla Bevilacqua valendo-se da sua condição de Promotor de Justiça e de forma arbitrária, vem ajuizando ações indenizatórias contra todos àqueles que se atrevem a questionar sua conduta pública. A atitude do promotor visa intimidar e calar a voz do povo que cobra uma atuação frente ao mal uso de verbas públicas.

A crítica, questionamentos, apontamentos de irregularidades nas condutas de agentes públicos fazem parte da vida pública, e deve ser aceita por todos que escolherem trilhar esse caminho. O nobre promotor não quer ser criticado? Então que deixe a vida pública!

Se o promotor insiste em chamar estas críticas, este desmascaramento, de “ataques gratuitos” é bom ir se acostumando. Pois faz parte da vida pública. É aprender a conviver com críticas e cobranças ou, repetindo, ir para a iniciativa privada.

Trata-se de condutas omissivas graves que vem sendo notada por toda a população dirigida ao modo de atuação do promotor, no cargo público que ocupa, pago com dinheiro público.

Além do mais, tornar público às condutas lesivas ou supostamente negativas dos nossos agentes públicos é legítima, saudável e extremamente importante para a Democracia, para transparência e trato com a coisa pública, inclusive porque as crítica e eventuais denúncias são as melhores armas no combate a corrupção.

A sociedade e o Estado Democrático, necessitam de advogados fortes, livres, independentes, imunes profissionalmente, para que não tenham qualquer temor daqueles que ilegalmente querem impedir o exercício da advocacia.

É necessário que haja críticas e apontamentos aos homens públicos por suas omissões, conchavos, alianças políticas, ainda que essas críticas sejam duras, cruéis, severas ou amargas, não ensejando, por isso, dano moral e nem caracterizando ofensa à honra ou agressões gratuitas.

Se ele for inocente então que prove! Abra as devidas investigações. Vamos investigar o contrato de concessão de águas, vamos investigar a compra de um shopping com dinheiro público. Vamos discutir o que realmente importa, eu o desafio a um debate público.

Veja que tudo que está sendo questionado em meus processos e no meu Facebook não são agressões gratuitas, mas apontamentos graves sobre fatos que estão ocorrendo na política de nossa cidade e que é de total interesse público e deve ser amplamente divulgado para que a população cobre um posicionamento dos representantes que estão no poder.

É notório que as ações populares foram propostas com base em fatos e fundamentos jurídicos e por isso estas vem incomodando os que estão no poder, e estes buscam através das constantes ações judiciais fazer com que este advogado desista de fiscalizar os atos da atual administração pública como um todo.

A ação judicial contra este advogado é mais que uma prova de que nossos agentes públicos tem medo do povo e de perder o controle da situação, principalmente porque não aceitam ser criticados e questionados. A atitude deste promotor é uma forma de oprimir a cidadania, é um ato de repressão antidemocrática e arbitrária, visando coagir e intimidar quem protesta e se manifesta contra seus atos.

O direito de se manifestar nada mais é do que o sagrado direito à liberdade de expressão pelo qual este país tanto lutou e deve ser defendido e protegido pois faz parte da democracia. Um país que não respeita esse direito com certeza não é um país democrático.

Resta evidenciado a intenção do promotor em prejudicar e intimidar este advogado que está empenhado no combate a corrupção em nosso município e incomodando os que tem poder e muito a perder.

Finalizo com uma frase do ex-Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal: "O exercício do poder-dever de questionar, de fiscalizar, de criticar e de buscar a correção de abusos cometidos por órgãos públicos e por agentes e autoridades do Estado, inclusive magistrados, reflete prerrogativa indisponível do advogado, que não pode, por isso mesmo, ser injustamente cerceado na prática legítima de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele em cujo favor atua."

Cássius Haddad é advogado, pós graduado e doutorando em Direito Público.